



Transição de governo: Desafios Jurídicos e Administrativos e Finanças Públicas

TEMPO TOTAL : 3 h - 180 MIN

- Transição: Aspectos Gerais - exposição: 15 min
- Desafios Jurídicos e Administrativos: 40 min
- Perguntas e debates sobre os temas anteriores - 20 min
- Finanças Municipais - exposição: 40 min
- Perguntas e debates sobre Finanças - 20 min
- Perguntas e debates gerais sobre todos os temas da mesa - 45 min

- Seguem dois textos em anexo, como referência bibliográfica.

- Segue também um PowerPoint de apoio à exposição

TRANSIÇÃO: Aspectos Gerais

15 MIN

- Transição de Governo: Antes e depois da posse; Por que só aparece recentemente ?
- O que é Transição? : Período de Tempo; Processo
- Comissão de Transição: Caráter preparatório; Amadurecimento da democracia brasileira; Questão de Cidadania (a quem interessa; direito do cidadão e dever dos governantes); Composição da Comissão; Instrumentos legais; Roteiro de trabalho.
- Objetivos da Transição:
 - . Diagnóstico (Município e Administração/AFOC; Marco zero/indicadores atuais em cada área);
 - . Plano de Governo (100 dias, 1.º ano e geral);
 - . Acompanhamento das últimas ações da gestão que termina (relação com o mandato que termina; informação e vigilância);
 - . Medidas antes da posse;
 - . Preparação e realização da posse (legislativo) e transmissão de cargo (executivo);
- Posse: Recomendações/Cuidados; Dicas
- Primeiros 100 Dias de Governo: Características e desafios; Medidas imediatas; Recomendações/Cuidados
- Primeiro Ano: Características e desafios; Recomendações/Cuidados



- Transição na Reeleição: Oportunidades; Rearranjos; Novo fôlego

Novos Desafios das Administrações Petistas:

- Aperfeiçoar a regulamentação da transição, através de legislação específica ou da Lei Orgânica Municipal.

- Link com tipos de legislação destinados à Transição:
<http://eleitus.blogspot.com/2008/09/transio-de-governo-mais-informaes.html>

DESAFIOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS

40 MIN

Orientações para o Expositor:

- Dividir o tempo entre os 7 pontos deste item.
- Se achar conveniente e der tempo, citar alguma outra legislação importante (item 8)
- Consideramos importante dar um panorama de todos os pontos, mas em cada item, estão grifados os temas considerados mais importantes. Priorizar estes, pois certamente não haverá tempo para discorrer sobre todos.

1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LC 101/2002 +

- Citar que este é o enfoque jurídico e que o expositor seguinte dará o enfoque financeiro

- . O que é a lei de responsabilidade fiscal?
- . O que é importante conhecer em relação à situação do Município para cumprir os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal ?
- . Responsáveis pelo controle das determinações contidas na lei
- . Metas Fiscais
- . Execução orçamentária
- . Controle e Geração de despesas
- . Despesas com pessoal
- . Transferências voluntárias
- . Dívida Pública
- . Observância da lei pela gestão anterior
- . Pareceres anteriores emitidos pelo Tribunal de Contas
- . Sanções
 - De natureza fiscal/administrativa
 - De natureza criminal
 - De natureza pessoal

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- . Desconcentração administrativa

. Verificação da legislação que disciplina a estrutura administrativa

. Estruturação das comissões de licitações

. Ordenador de despesa

3. CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

. O que é controle?

. Porque a Administração Pública precisa estar submetida a controle?

. Quais são os tipos de controle?

. Controle externo

. Controle Exercido pelos Tribunais de Contas

. Como funcionam os Tribunais de Contas?

. Principais problemas que causam a rejeição das contas - os chamados “pecados capitais” do Administrador Público:

. Quais são os efeitos das contas rejeitadas?

. Informações relevantes para a transição, relativas aos Tribunais de Contas:

. Controle exercido pelo Ministério Público

. Controle interno

- Citar que este é o enfoque jurídico e que o expositor seguinte dará o enfoque financeiro

. Controle social

. Os conselhos municipais de políticas públicas

. Medidas judiciais para controle da administração pública

. A ação popular

. O mandado de segurança individual

. O mandado de segurança coletivo

. Mídia

4. DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

. Da gestão da cidade

. Da gestão dos concessionários e permissionários de serviços municipais

. Da gestão dos contratos

. Da gestão de contratos com Organizações Sociais - OS e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP

. Da gestão de convênios

. Da gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

. Da gestão de pessoal

. Da gestão da previdência

. Da gestão de receitas e despesas

- Citar que este é o enfoque jurídico e que o expositor seguinte dará o enfoque financeiro

5. DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- Para a maioria dos municípios, este não é um tema relevante. Avaliar se há necessidade de focar.
- Se não for necessário, apenas citar, sem maior aprofundamento, e priorizar os outros temas.

- . Descentralização
- . Autarquia
- . Fundação Pública
- . Sociedade de Economia Mista
- . Empresa Pública
- . Administração Indireta na transição
- . As entidades paraestatais - O Terceiro Setor
- . Organização Social (OS)
- . Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)

6. PENDÊNCIAS JUDICIAIS

- Verificar se o público pode ter questões judiciais específicas. Exemplo: questões ambientais.

- . Os precatórios judiciais
- . Ações envolvendo imóveis destinados a serviços públicos
- . Do estoque da dívida ativa e forma de cobrança
- . Procedimentos em curso no Ministério Público

7. RESTRIÇÕES LEGAIS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO

- Verificar jurisprudência específica do TCE e do TRE pertinentes ao público

- . Restrições decorrentes da legislação eleitoral
- . Restrições decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal
- . Restrições de naturezas diversas

8. LEGISLAÇÃO BÁSICA

- Citar algumas, se considerar conveniente.

FINANÇAS PÚBLICAS

40 MIN

RECEITAS PRÓPRIAS



- **Imobiliárias**
IPTU
ITBI
- **Mobiliárias**
ISSQN
- **Taxas e Contribuições**

- **Tarifas Públicas ou Preços Públicos**

RECEITAS TRANSFERIDAS

- **Pela União**
FPM – Fundo de Participação Municipal
Royalties
- **Pelo Estado**
ICMS
IPVA
- **Transferências de Recursos não Reembolsáveis**

OUTRAS RECEITAS

- **Cooperações e Convênios**
Públicos
Público- Privados

- **Dívida Ativa** (Cobrança administrativa ou judicial)
Tributos em atraso pelos contribuintes
Multas de fiscalização
Outras inadimplências

DESPESAS

- **Custeio**
Pessoal
Fornecimentos
Contratos de prestação de serviços
- **Investimentos**
Obras
Máquinas e equipamentos

DÍVIDAS

- **Flutuante**
Contratos de financiamento em operações de crédito
- **Fundada**
Com Governo Federal (INSS / FGTS / PASEP)
Precatórios (Alimentares ou não)

LRF – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

- Citar que este é o enfoque financeiro, pois o expositor anterior já deu o enfoque jurídico.

- **Boa Gestão das Receitas**



- Proibição de renúncias fiscais
- Arrecadação dos tributos próprios
- Inscrição em Dívida Ativa dos devedores do fisco
- **Limitação das Despesas com Pessoal**
 - Poder Executivo - 54% da RCL
 - Poder Legislativo - 6% da RCL

LRF

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

- Plano Plurianual de Investimentos
- Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Lei do Orçamento Anual

LRF

CONTROLES DAS FINANÇAS PÚBLICAS

- Citar que este é o enfoque financeiro, pois o expositor anterior já deu o enfoque jurídico.

- **Acompanhamento das Despesas**
 - Seguridade
 - Dívidas
 - Operações de Crédito
- **Acompanhamento da Realização dos Limites Constitucionais**
 - Educação - 25% dos tributos próprios e transferidos
 - Saúde - 15% dos tributos próprios e transferidos
- **Acompanhamento dos Relatórios Periódicos da Execução Orçamentária**
- **Auditoria pelo Tribunal de Contas**

LEVANTAMENTOS PARA A TRANSIÇÃO

- Comportamento de Receita e Despesa e sua Projeção de Curto Prazo
- Contratos vigentes para obras e serviços, bem como as dívidas e vencimentos, por credor e por vencimento
- Contratos e convênios vigentes com Governos Federal e Estadual
- Permissões e concessões em vigor
- Contratos bancários para:
 - Folha de Pagamentos
 - Recebimentos de tributos, taxas e tarifas
 - Pagamento de fornecedores
 - Aplicações
- Situação de regularidade das contas públicas
 - Pendências junto ao Tribunal de Contas
 - Relatórios referentes à LRF



PROJEÇÕES DE CURTO PRAZO

- Fluxo de Caixa
- Comportamento de estoques
- Comportamento de contratos de prestação de serviços essenciais
- Pendências para com o funcionalismo
- Riscos de seqüestros em precatórios
- Vencimentos de dívidas no curto prazo

Desenvolver Planos de Contingência para eventuais torpedos

PLANEJAMENTO - CURTO PRAZO

- Readequação do Orçamento 2009, se necessário
- Negociações necessárias:
 - Fornecedores
 - Governo Federal
 - Governo Estadual
 - Funcionalismo
- Adequação de Estoques
- Adequação de Contratos de Prestação de Serviços

PLANEJAMENTO - MANDATO

- Elaboração fina do Plano de Governo
- Elaboração dos Planos Setoriais
- Capacitação de Pessoas para a consecução dos diferentes Planos
- Elaboração de Plano Plurianual condizente com Plano de Governo
- Elaboração de Leis do Orçamento Anual compatíveis com Plano de Governo